IMPRESSO

Anistia INTERNACIONAL

Agosto de 1.995 – Ano 25 – Nº 8

NOTÍCIAS



Uma mulher, com sérias feridas no pescoço, amamenta o filho recém-nascido. Ela sobreviveu ao massacre de mais de 400 camponeses, ocorrido em março, na zona de Muyinge, no Burundi.

© Hulton Deutsch/Corine Dufka/Reuters.

Burundi

UM APELO POR JUSTIÇA E PAZ

É necessária a adoção de medidas urgentes para impedir que o exército e os grupos de oposição do Burundi prossigam cometendo assassinatos diária e rotineiramente.

Desde janeiro, milhares de burundineses foram assassinados ou "desapareceram" devido a sua origem étnica ou filiação política. Do final de março até o início de abril, pelo menos 1.000 pessoas morreram, a maioria tão-somente por pertencer a determinado grupo étnico. No pior incidente que chegou ao conhecimento da Anistia, verificado no início de abril, mais de 400 camponeses da etnia hutu foram mortos a tiros, facadas e pauladas por soldados e militantes tutsis em Gasorwe, no nordeste do país.

Em outros locais, entretanto, são os grupos armados hutus que assassinam civis tutsis. Também muitos refugiados ruandeses da etnia hutu, que fugiram da carnificina que desde 1994 destrói Ruanda e assombra o mundo, têm sido mortos por soldados e civis tutsis nos campos de refugiados existentes no norte do Burundi.

Depois de uma tentativa de golpe de Estado, acontecida em 21 de outubro de 1993, que resultou no assassinato do presidente e de outros líderes políticos burundineses, a violência étnica e política já causou a morte de mais de 50.000 pessoas no país. Os responsáveis por esses homicídios, e por milhares de outros assassinatos políticos perpetrados na história recente do país, jamais foram identificados oficialmente.

Muitos dos criminosos fazem parte das forças de segurança, dominadas pela etnia tutsi, que têm violado de maneira generalizada os direitos humanos da maioria hutu. No centro da crise atual está a inércia da comunidade internacional, que ainda não promoveu uma investigação sobre a tentativa de golpe - requerida pelo atual presidente do país, Sylvestre Ntibantunganya -, imprescindível para que seja rompido o círculo vicioso da impunidade.

A AI tem recomendado à Organização da Unidade Africana e às Nações Unidas a criação de uma comissão de inquérito internacional, formada por investigadores profissionais independentes. A comissão deverá investigar todos os aspectos da tentativa de golpe de 1993, bem como os abusos que se seguiram, obrigando as testemunhas dos fatos, tanto civis como militares, a prestarem declarações. A comissão de inquérito deverá, igualmente, recomendar medidas visando impedir a ocorrência de novos assassinatos e outros abusos, e propor reformas no sistema judicial do Burundi, também dominado pela etnia tutsi, a fim de que os criminosos sejam submetidos a julgamentos justos, qualquer que seja sua origem étnica ou filiação política.

Nesta Edição

Apelos Mundiais 2

Arábia Saudita, Turquia e Vietnã

Em Destaque 3

Estados Unidos da América: Pena de morte, aumento da brutalidade policial e tortura e maus-tratos nas prisões.

Notícias 8

Cuba: Prisioneiros de consciência libertados

APELOS MUNDIAIS

APELOS

Um apelo seu dirigido às autoridades dos países repressores pode ajudar as vítimas de graves violações dos direitos humanos, cujas histórias são contadas nesta página. Você pode ajudar a libertar um prisioneiro de consciência ou fazer cessar torturas que estejam sendo infligidas a alguém. Sua Mensagem pode fazer com que uma vítima de "desaparecimento" reapareça. Você pode evitar a execução de uma pessoa.

ARÁBIA SAUDITA

Cinco cidadãos somalianos, **'Abd al-'Aziz Muhammad Isse, 'Abd al-Qadir Muhammad Muqtar, Muhammad Jamal 'Ali, Faqay Haji Cusman** e **Muhammad 'Abu 'Abd al-Qadir Ade** foram acusados de homicídio e de outros crimes, e sentenciados à morte. Os julgamentos foram injustos e sua execução é iminente. Um dos réus, 'Abd al-'Aziz Muhammad Isse, afirma que chegou ao país depois de ter acontecido o crime pelo qual ele foi condenado.

Outros dois somalianos, Sa'id F. Yacqub e Muhammad Nur Muhammad, que teriam sido condenados juntamente com os cinco homens supracitados, foram executados no dia 31 de maio.

As preocupações da Anistia Internacional redobraram diante do alarmante aumento do número de execuções (102) ocorridas naquele país de janeiro a maio de 1995. Os condenados são executados depois de julgamentos que costumam carecer das garantias reconhecidas internacionalmente para presos acusados de delitos capitais. Os acusados não têm direito à uma representação legal adequada e as confissões são aceitas como provas, mesmo quando obtidas mediante tortura. Além disso, nem sempre é oferecida interpretação apropriada às pessoas que não entendem a língua árabe.

POR FAVOR, escrevam pedindo a comutação das condenações à morte e a suspensão de todas as execuções. Remetam suas cartas, em inglês ou em português, para: The Custodian of the Two Holy Shrines / King Fahd bin 'Abdul-'Aziz / Office of H.M. the King / Riad / Reino da Arábia Saudita.

VIETNÃ

O venerável **Thich Quang Do**, um monge budista e conhecido escritor, de 68 anos de idade, foi detido no dia 4 de janeiro depois de denunciar a detenção de 23 monges e seculares budistas desde outubro de 1994. Ele é o secretário-geral da Igreja Budista Unificada do Vietnã, posta na ilegalidade em 1981.

As autoridades inicialmente negaram sua detenção, mas depois anunciaram que ele seria julgado "como um delinquente vietnamita e não como um budista", por "provocar distúrbios contrários a lei vietnamita".

Mais tarde, ele foi acusado de "destruir a unidade nacional" e de "abusar dos direitos democráticos para usurpar os direitos dos cidadãos e do Estado". Thich Quang Do ainda não foi julgado. acreditando-se que esteja detido no pagode de Vu Ban, na província setentrional de Nam Dinh.

Quando foi aprisionado pela primeira vez, em fevereiro de 1982, acusado de protestar contra a perseguição oficial, contra as violações dos direitos humanos e contra a fundação, em 1981, da Igreja Budita do Vietnã (sob controle governamental), Thich Quang Do foi confinado em sua cidade natal, localizada no norte do país. Em 1992, ele foi transferido para o pagode de Thanh Minh Thien Vien, na cidade de Ho Chi Minh.

A Anistia Internacional considera Thich Quang Do um prisioneiro de consciência, encarcerado apenas por exercer pacificamente sua liberdade de reunião e associação.

POR FAVOR, escrevam pedindo a libertação imediata e incondicional de Thich Quang Do. Remetam suas cartas, em inglês ou em português, para: Vo Van Kiet / Prime Minister / Hoang Hoa Tham / Hanoi / República Socialista do Vietnã.



Thich Quang Do

TURQUIA

Em 1º de junho, a advogada e defensora dos direitos humanos **Eren Keskin** começou a cumprir uma sentença de dois anos de prisão. Ela foi condenada com base no artigo 8º da Lei Antiterrorista, que pune a divulgação de "propaganda separatista". A acusação resultou da publicação de uma mensagem que Eren Keskin havia encaminhado ao Parlamento da Bélgica, reproduzida no dia 14 de junho de 1993 pelo jornal *Ozgur Gundem* (Agenda Livre), sob o título "A Dívida Mundial com o Povo Curdo".

Na mensagem, que não fazia qualquer apologia da violência, ela apelava em favor de um cessar-fogo entre as forças de segurança turcas e o Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK). O conflito, que assola o sudeste do país há 10 anos, já custou a vida de mais de 16.000 pessoas.

Eren Keskin, ex-secretária da seccional de Istambul da Associação dos Direitos Humanos da Turquia, tem sido hostilizada e ameaçada de morte.

POR FAVOR, escrevam pedindo a derrogação ou a revisão do artigo 8º da Lei Antiterrorista e a imediata libertação de Eren Keskin. Remetam suas cartas, em inglês ou em português, para: President Süleyman Demirel / Cumhurbaskanligi / 06100 Ankara / Turquia. Cartas de apoio ou cópia da sua carta ao presidente turco podem ser enviadas a Eren Keskin, para o seguinte endereço: C-Blok / Kadinlar Kogusu / Sagmalcilar Cezaevi / Bayrampasa / Estambul / Turquia.



Eren Keskin

AMNISTIA INTERNACIONAL

EM DESTAQUE

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A OUTRA FACE DA LEI

Os Estados Unidos da América frequentemente violam as normas internacionais de defesa dos direitos humanos: a pena de morte, a tortura, os maus-tratos, a brutalidade e o uso excessivo da força por parte de policiais são alguns desses abusos, cujas vítimas mais comuns são os membros das minorias raciais.

Os EUA ratificaram o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos em 1992, mas desde então as violações só tenderam a aumentar. Em março desse ano, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas - que fiscaliza a aplicação do pacto - reuniu-se para analisar o relatório inicial dos EUA sobre sua implementação. A Anistia Internacional apresentou um documento intitulado *EUA: Violações dos Direitos Humanos - Uma síntese dos motivos de preocupação da Anistia Internacional* (AI Index: AMR 51/25/95), expondo minuciosamente as violações generalizadas perpetradas no país.

Em suas considerações, emitidas em 6 de abril, o Comitê expressou sua preocupação em relação ao número de delitos puníveis com a pena capital nos estados que a adotam e com sua maior abrangência na legislação federal. Da mesma forma, lamentou a prática de executar delinquentes menores de 18 anos (na data em que o delito foi cometido) e doentes mentais.

Outros temas também provocaram sérias preocupações do Comitê: as mortes ocorridas sob custódia, os maus-tratos nas prisões, a discriminação racial, as condições de detenção nas penitenciárias de segurança máxima e a grave violação da intimidade nos estados que penalizam a prática, entre adultos do mesmo sexo, de atos sexuais realizados de forma privada e consensual.



Membros da Guarda Nacional da Flórida "dominam" um homem na entrada de uma loja, em agosto de 1994. A porta do estabelecimento foi destruída por um furacão e os agentes desconfiaram que a loja havia sido saqueada.
© Associated Press

RESERVAS

O Comitê de Direitos Humanos recomendou que os EUA retirassem suas reservas ao Pacto, por considerá-las incompatíves com seu objetivo e propósito. Referia-se, em particular, ao artigo 6 (5), onde o governo norte-americano se reserva o direito de executar delinquentes juvenis, e ao artigo 7 (que proíbe a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes), onde o governo se reserva o direito de somente se considerar vinculado na medida em que o conceito de tratamento cruel, desumano ou degradante estiver de acordo com sua definição constitucional de "penas cruéis e excepcionais".

A Anistia considera que estas reservas prejudicam gravemente os direitos protegidos pelo pacto. Se os governos ratificassem os tratados apenas depois de formular reservas, para assegurar que não estariam obrigados a modificar sua política interna, o conceito global de proteção dos direitos humanos e a autoridade de tais instrumentos não teria sentido. A organização tem insistido junto ao governo norte-americano para que retire as reservas que fez ao Pacto de Direitos Civis e Políticos e à Convenção contra a Tortura.

Desde que a pena capital foi adotada nos Estados Unidos, mais de 280 pessoas já foram executadas e cerca de 3.000 aguardam o mesmo fim.

Numerosos estudos realizados nos EUA têm demonstrado que, quando uma vítima de assassinato é da raça branca, as possibilidades do homicida ser condenado à morte são bem maiores. Existem também dados confirmatórios da desproporcional aplicação da pena capital a assassinos negros. Muitos réus negros foram condenados por júris compostos exclusivamente por pessoas brancas. Apesar dessa prática ter sido declarada inconstitucional em 1985, a lei não beneficiou muitos condenados cujas sentenças haviam sido confirmadas antes daquele ano.

EXECUTADOS POR ENGANO

As salvaguardas legais para prevenir ou reparar erros, visando garantir que inocentes não serão condenados à morte ou executados, são inadequadas. Um relatório elaborado pelo Congresso, em 1993, através do Subcomitê de Direitos Civis e Constitucionais da Câmara de Representantes, incluia uma lista de 48 revogações de condenações à morte ditadas desde 1972. O relatório atribuia tal situação à falta de garantias jurídicas adequadas para a prevenção de execuções injustas e fazia uma relação dos numerosos defeitos existentes no sistema de justiça penal, como perseguições raciais, conduta imprópria de funcionários, assistência jurídica pouco qualificada, revisão inadequada das declarações de inocência depois do julgamento e politização do processo de indulto. O relatório chegou a seguinte conclusão: "A julgar pelo ocorrido no passado, um número considerável de pessoas condenadas à morte são, na verdade, inocentes, e o risco de que sejam executadas é grande".



Augusto Brown denunciou que, em fevereiro de 1991, cinco agentes do Departamento do Xerife de Los Angeles o haviam espancado, depois de uma perseguição de carro.

BRUTALIDADE POLICIAL

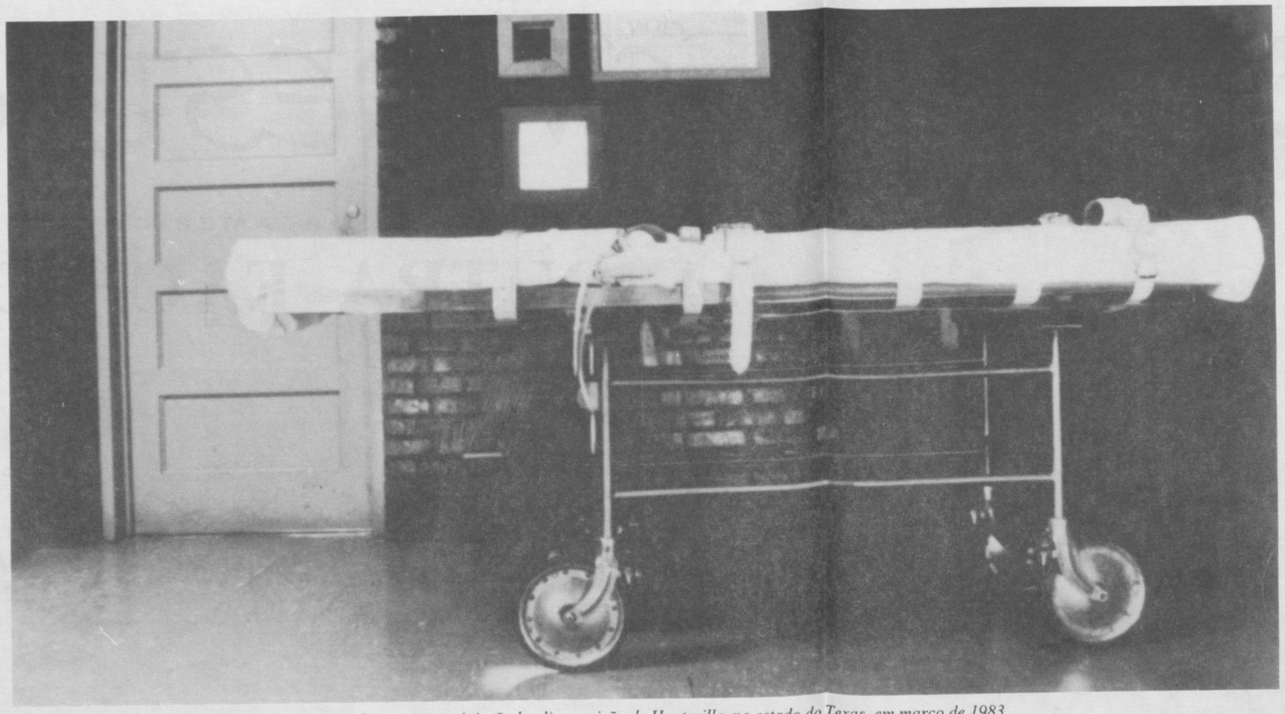
É comum acontecerem casos graves de maus-tratos e de uso abusivo da força por parte de policiais, geralmente envolvendo membros de minorias étnicas em cidades como Nova Iorque, Detroit, Miami e Los Angeles. Todo ano, as autoridades dos municípios e condados dos EUA pagam milhões de dólares em indenizações às vítimas de abusos policiais. E apesar de estarem previstas sanções, tanto nas legislações estaduais quanto na federal, para funcionários que utilizam a força de modo excessivo ou por qualquer forma violam os direitos civis dos cidadãos, são raros os julgamentos de policiais acusados desse tipo de delito.

Em Nova Iorque, o número de denúncias relativas à brutalidade policial é bastante elevado e, nos últimos anos, vários suspeitos teriam morrido sob custódia devido a maus-tratos. Em dezembro de 1994, Anthony Baez morreu asfixiado durante um conflito com agentes da polícia, quando sua bola de futebol atingiu acidentalmente duas viaturas estacionadas nas proximidades. Um dos policiais, que já havia sido denunciado onze vezes pelo uso excessivo da força, foi acusado formalmente de homicídio, por negligência criminal. Desde 1977, nenhum policial é condenado por homicídio praticado em serviço. De acordo com as informações disponíveis, entre os anos de 1993 e 1994 as queixas contra os policiais nova-iorquinos cresceram trinta por cento.

A imobilização de suspeitos pelo método "hogtying" (uma alusão à maneira de se amarrar os porcos), onde os tornozelos são presos por uma corda que também circunda os pulsos, é frequentemente usada nos EUA. Especialistas médicos afirmam que este procedimento pode limitar gravemente a atividade respiratória e é perigoso por natureza, especialmente quando a vítima é colocada com a boca voltada para baixo, quando está sob o efeito de narcóticos ou em estado de grande agitação, podendo, inclusive, causar a morte por "asfixia posicional".

Um estudo realizado pelo Departamento de Polícia de San Diego, em 1992, registrou mais de 90 mortes no país, desde 1982, em decorrência do uso do "hogtying"; entretanto, como o estudo não foi muito aprofundado, a cifra real pode ser bem mais elevada. Segundo os informes, alguns departamentos da polícia têm proibido esta forma de coerção, porém vários outros organismos encarregados de fazer cumprir a lei prosseguem utilizando-o. Pelo menos duas pessoas morreram em Los Angeles, no ano de 1993, como resultado da aplicação dessa prática. Uma delas foi Michael Bryant, um barbeiro da raça negra detido pela polícia durante uma perseguição. Ele estava desarmado, mas foi atingido por balas paralizantes, espancado, imobilizado através do "hogtying" e colocado com a face voltada para o chão dentro de uma viatura. O Departamento de Polícia de Los Angeles já estava sendo submetido a uma investigação minuciosa devido ao espancamento do motorista negro Rodney King, fato ocorrido em março de 1991 e documentado em video. Um informe publicado em 1992 pela Anistia, demonstrava que os agentes do Departamento de Polícia e do Xerife de Los Angeles habitualmente empregavam a força de forma excessiva, em especial nos bairros negros e latinos, e que esta prática repetia-se há já muitos anos sem que nada houvesse sido feito para modificá-la.

Em Nova Jersey, entre 1990 e 1992, mais de 12 jovens negros morreram ou foram feridos por disparos de policiais - em sua maioria brancos -, em circunstâncias controvertidas. Um dos jovens era Phillip Pannell, de 16 anos, que morreu em consequência de um tiro que lhe atingiu as costas. O crime aconteceu na localidade de Teaneck, em abril de 1990. Em 1992, o agente acusado foi absolvido por um corpo de jurados composto exclusivamente por brancos. O Departamento de Justiça revisou o caso em 1994; entretanto decidiu não formular acusações contra o policial por violação de direitos civis, o que poderia ter sido feito com base na legislação federal.

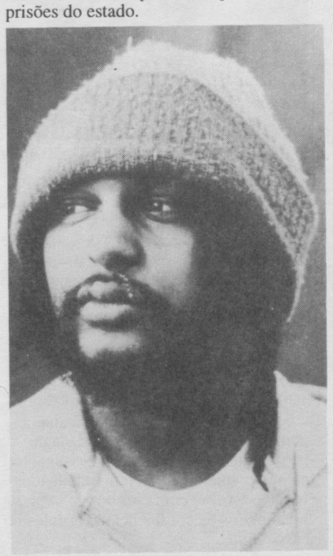


A câmara da morte (por injeção letal) na prisão de Huntsville, no estado do Texas, em março de 1983.
© Gamma-Liaison/Spooner

Ainda que a maioria dos incidentes envolvendo armas de fogo estejam relacionados às forças policiais estaduais, encarregadas da maior parte do trabalho policial, também há casos em que agentes federais são acusados do emprego abusivo da força. Causou grande preocupação as táticas empregadas pelo FBI - a polícia federal norte-americana - durante o cerco de 51 dias, em 1993, à comunidade religiosa dos davidianos, em Waco (Texas), onde, acreditava-se, existia um arsenal. No assalto final à propriedade, os agentes federais atravessaram os muros com tanques e bombardearam o local durante três horas e meia com gases. Setenta e cinco davidianos morreram, dentre eles 24 crianças e gestantes, num incêndio que teria sido provocado por alguns membros da própria seita. As investigações realizadas pelos Departamentos de Justiça e do Tesouro criticaram o ataque inicial ao prédio da seita, mas não culparam o FBI pelo sucedido durante o cerco e o ataque final.

MAUS-TRATOS NAS PRISÕES

Os maus-tratos são uma prática generalizada nas prisões de todo o país. Em dezembro de 1994, soube-se que as autoridades penitenciárias do Texas estavam investigando denúncias segundo as quais mais de 30 agentes penitenciários tinham maltratado sistematicamente presos de quatro prisões do estado.



Dalton Prejean foi condenado pelo assassinato de um policial branco em 1978, quando tinha 17 anos de idade. Em maio de 1990, aos 29, ele foi executado na Louisiana. O corpo de jurados, composto exclusivamente de pessoas brancas, não levou em consideração sua infância de abandono e abusos, nem tampouco seu histórico de problemas psiquiátricos.
© Howard Zehr

Michael McCoy, preso na Unidade Terrell, localizada nas proximidades de Livingston, teria sido espancado por agentes até a morte, no dia 7 de novembro de 1994. A Anistia recebeu uma carta de prisioneiros denunciando que agentes entraram na cela de McCoy e lhe desferiram pontapés até matá-lo, em represália por ele ter cuspido em uma policial. Dois agentes penitenciários foram acusados do assassinato, mas seu julgamento ainda estava pendente quando da elaboração desta matéria. Quatro outros guardas da Unidade Terrell foram acusados de agredir um outro preso no mesmo dia.

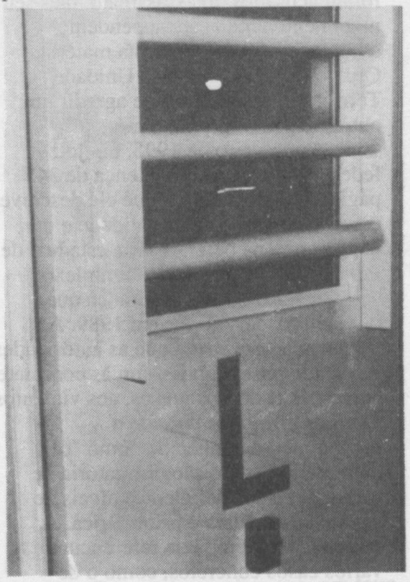
Em janeiro de 1995, um juiz federal prolatou uma sentença de 345 páginas, condenando o que ele descreveu como um padrão de brutalidade e negligência na penitenciária estadual de Pelican Bay (Califórnia), complexo penitenciário de alta segurança que iniciou suas atividades em 1989. A sentença determinava que as autoridades do estado pusessem um fim às constantes agressões contra os presos, aos violentos castigos infligidos durante o procedimento conhecido como "cell extractions" (remoção obrigatória de uma cela) e aos deficientes níveis de assistência médica e psiquiátrica. A sentença também fazia referência a vários casos concretos, como o de Vaughn Dortch, um prisioneiro desequilibrado mentalmente que sofreu queimaduras de terceiro grau em um

'É comum acontecerem casos graves de maus-tratos e de uso abusivo da força por parte de policiais, geralmente envolvendo membros de minorias étnicas em cidades como Nova Iorque, Detroit, Miami e Los Angeles. Todo ano, as autoridades dos municípios e condados dos EUA pagam milhões de dólares em indenizações às vítimas de abusos policiais.'

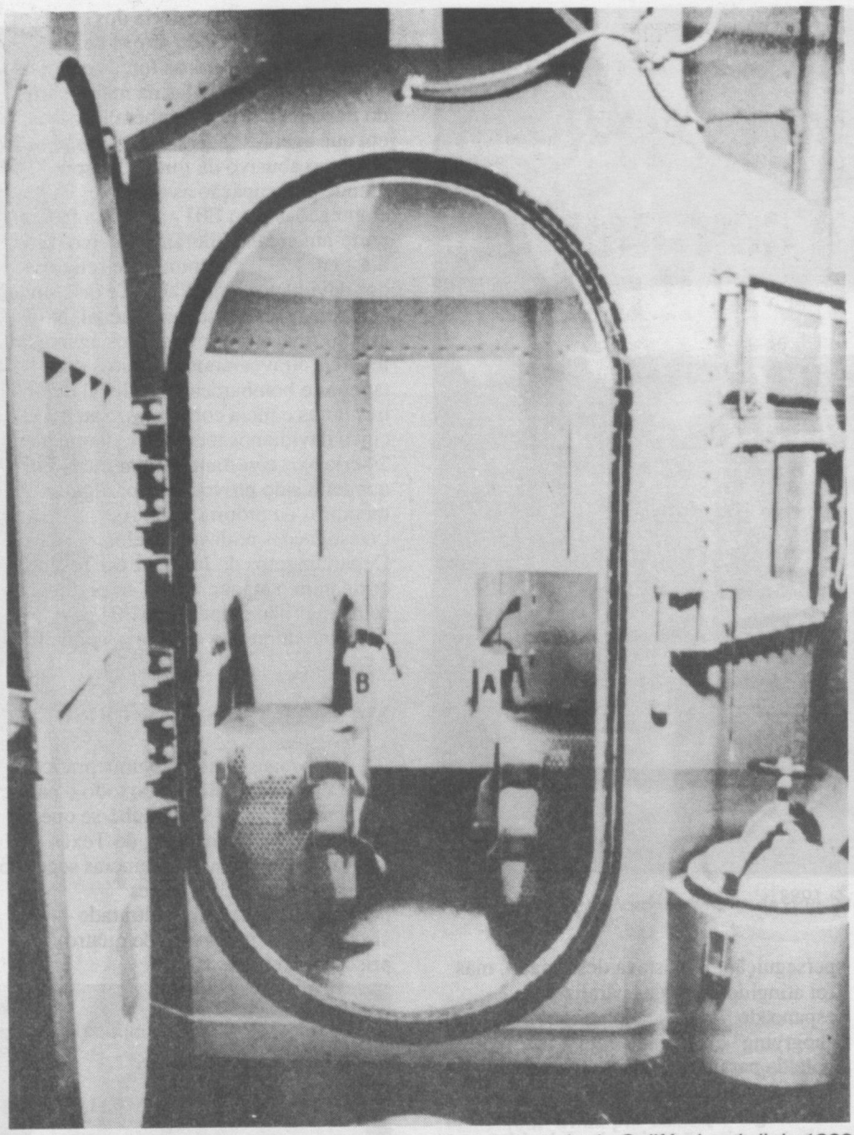
terço do seu corpo quando os agentes o obrigaram a entrar, com as mãos amarradas, dentro de uma banheira com água fervente. O juiz também afirmou que raramente eram impostas sanções disciplinares aos agentes acusados de fazer uso excessivo da força, e que a versão que eles ofereciam dos fatos era geralmente admitida ao pé da letra, sem que fossem levadas em conta outras informações ou testemunhos.

As mulheres encarceradas também têm sido vítimas de violações dos direitos humanos. Em 1993, o Departamento de Justiça começou a investigar denúncias sobre abusos sexuais generalizados contra as internas do Instituto Correcional para Mulheres da Geórgia. Tais abusos viriam ocorrendo há anos, mas somente em 1992 foram descobertos. As detentas eram obrigadas a manter relações sexuais com os agentes e a trabalhar para as redes de prostituição dirigidas por eles. Pelo menos 12 funcionários foram incriminados e vários outros foram afastados ou transferidos.

Outro motivo de sérias preocupações é a proliferação, durante os últimos anos, de instituições de máxima segurança, em muitos casos como módulos especiais dentro das prisões de segurança máxima. As pessoas presas nesses módulos geralmente ficam confinadas 23 horas por dia em celas fechadas, às vezes sem janelas, não podendo participar de programas de trabalho, de formação etc. As instalações são projetadas de forma a reduzir ao máximo o contato entre os funcionários e os prisioneiros, que são mantidos em regime de extrema privação social e, muitas vezes, sensorial. Em maio de 1994, a Anistia publicou um relatório sobre o Pavilhão "H" de Oklahoma, módulo de alta segurança em funcionamento desde 1991 na Penitenciária do Estado de Oklahoma, em McAlester. Segundo informações, pelo menos 36 estados construiram



A porta de uma cela da prisão do estado de Oklahoma, desenhada para impedir todo contato com o exterior.
© Alan Hailey



A câmara de gás de San Quentin, penitenciária do estado da Califórnia, abril de 1992.
© Reuters

recintos desse tipo em 1994. A Anistia considera que as condições desses locais violam as normas internacionais e constituem tratamento cruel, desumano e degradante.

PRISIONEIROS DE CONSCIÊNCIA

A legislação norte-americana contempla plenamente a liberdade de pensamento e de expressão. No entanto, a Anistia Internacional tem trabalhado frequentemente em favor dos prisioneiros de consciência existentes no país.

A organização vem investigando denúncias de que presos condenados por crimes comuns têm sido falsamente incriminados em razão das suas convicções ou origem étnica. Apesar do sistema penal norte-americano contar com numerosas salvaguardas processuais para assegurar julgamentos justos, há denúncias de que em certos casos a promotoria não procede corretamente, forjando provas, apresentando testemunhos reconhecidamente falsos ou ocultando provas favoráveis à defesa. Em outubro de 1981, a Anistia publicou um relatório no qual solicitava uma investigação sobre certas atividades de contra-espionagem do FBI, acreditando que as mesmas haviam solapado as garantias de justiça nos processos envolvendo vários membros do Partido dos Panteras Negras e do Movimento Indígena Americano, realizados durante os anos setenta. Mais recentemente, em 1991 e 1992, a organização realizou uma campanha pela libertação de mais de 30 militares aprisionados por terem se recusado a participar, por questões de consciência, da Guerra do Golfo.

O trabalho da Anistia em prol da libertação de prisioneiros de consciência compreende também a defesa de pessoas aprisionadas unicamente em razão da sua homossexualidade. A organização tem feito campanha em favor da revogação da legislação discriminatória da sodomia em vigor nos estados de Arkansas, Kansas, Missouri, Montana e Tennessee, que estabelecem penas de prisão para atos sexuais dessa natureza.

Noticiário da Seção Brasileira

A CONTROVÉRSIA SOBRE O EX-ADIDO MILITAR BRASILEIRO EM LONDRES

O diário londrino *The Guardian* publicou, recentemente, testemunhos envolvendo o coronel Armando Avolio Filho - nomeado adido militar da embaixada brasileira em Londres, mas já afastado do cargo - na tortura de presos políticos.

De acordo com tais testemunhos, o coronel Armando Avolio Filho era o comandante do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do 1º Batalhão da Polícia do Exército, no quartel da rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, no início dos anos 70. O oficial também seria a pessoa citada anteriorménte em vários testemunhos públicos sobre tortura e "desaparecimento" de presos políticos no Brasil.

Antigos presos políticos e integrantes da Polícia do Exército afirmaram que um tenente chamado Avolio participou diretamente de sessões de tortura, e que naquela época foram instaladas celas especiais para tortura no PIC. Também foi dito que, como comandante, o tenente Avolio estava plenamente consciente de tudo o que acontecia no local e que ele dispunha de informações sobre a morte e o sepultamento de presos políticos detitos e torturados no PIC. Estas vítimas estão entre os 144 "desaparecidos" brasileiros.

No relatório da Anistia Internacional intitulado *Report on Allegations of Torture in Brazil*, de 1.972, um tenente chamado Avolio já era citado em três ocasiões como suposto torturador. Dois ex-presos políticos, que deram declarações em 1.992, confirmaram essas denúncias; outras três pessoas, mencionadas no relatório da AI de 1.972 como testemunhas das torturas, reafirmaram agora que presenciaram um tenente chamado Avolio torturar presos políticos. Uma das vítimas referiu-se a um tenente Avolio como "*um dos meus principais torturadores*".

A Anistia Internacional não está em condições de assegurar se o ex-adido militar é a mesma pessoa que o tenente Avolio. Todavia, o Secretariado Internacional da organização enviou os testemunhos que estão em seu poder ao governo brasileiro. Em uma carta remetida ao presidente Fernando Henrique Cardoso, a AI também solicitou a realização de uma exaustiva investigação sobre os horrendos crimes que teriam sido praticados no quartel da rua Barão de Mesquita entre 1.970 e 1.972.

A Anistia Internacional passou às autoridades brasileiras uma lista contendo os nomes de aproximadamente 15 presos políticos que estiveram naquele quartel entre 70/72 e que estão "desaparecidos", e de outros 8 presos políticos detidos no mesmo local cuja morte nunca foi devidamente esclarecida. (AMR 19/07/95)

ANISTIA ENSINA DIREITOS HUMANOS PARA GUARDAS

Sob o título acima, o jornal Folha de São Paulo publicou a seguinte notícia na sua edição de 25 de julho:

Convênio entre a Guarda Civil Municipal de Maceió (AL) e a seção brasileira da Anistia Internacional vai introduzir a disciplina "Educação em Direitos Humanos" nos cursos de formação e reciclagem dos guardas.

A presidente da guarda, Jacy Maria Quintella Melo, 42, disse que os projetos estão sendo elaborados e devem ser aprovados pela Anistia, que vai fornecer os professores.

Segunda ela, o convênio prevê a realização de seminários e debates sobre cidadania e direitos humanos para os guardas. "Um dos objetivos é formar a cidadania para fortalecer a credibilidade dos guardas junto à população", disse. Maceió tem 540 guardas.

A PM (Polícia Militar) de Alagoas incluiu a disciplina "Cidadania e Direitos Humanos" no curso para a formação de oficiais.

O relações-públicas da PM, coronel Jurandir Ferreira de Araújo, 48, disse que a inclusão da disciplina foi uma iniciativa do Comando Geral da PM.



Gostaria de me integrar ao trabalho da Anistia Internacional

Nome.....

Endereço.....

Cidade..... **Estado** .....

CEP..... **Idade** .....

Profissão.....

Anistia Internacional – Seção Brasileira

Rua Vicente Leporace, 833 – Campo Belo – Fone: (011) 542-9819 – Fax: (011) 55615995– CEP 04619-032 – São Paulo (SP)

Rua dos Andradas, 1560 – Conjunto 2525 – Centro – Fone: (051) 228-8634 – CEP 90020-010 – Porto Alegre (RS)

NOTÍCIAS



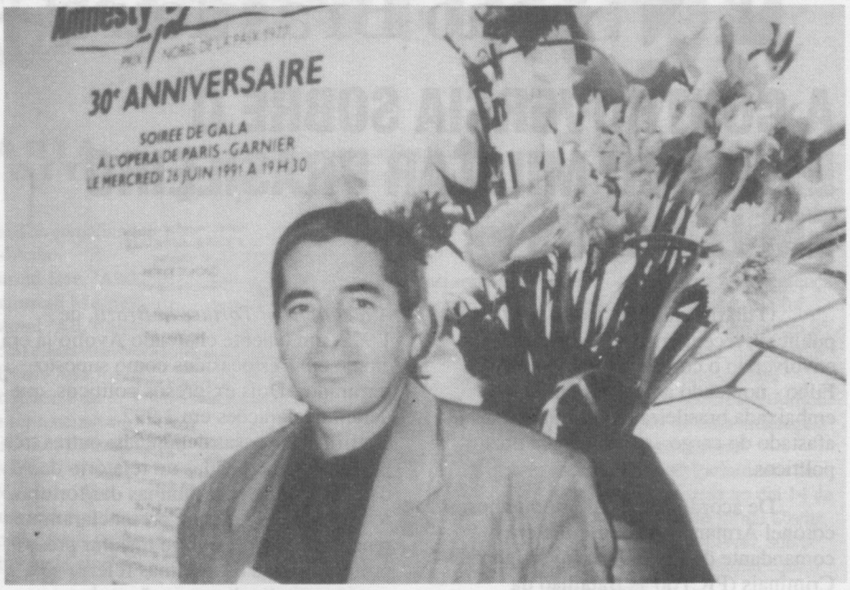
Cuba

LIBERTADOS QUATRO PRISIONEIROS DE CONSCIÊNCIA

Quatro prisioneiros de consciência, adotados pela Anistia Internacional, foram libertados um mês depois que uma delegação de organizações de direitos humanos visitou Cuba, em maio deste ano.

Os presos eram Sebastián Arcos Bergnes, Pedro Castillo Ferrer e Agustín Figueredo Figueredo, que cumpriam sentença por "propaganda inimiga", e Yndamiro Restano Díaz, detido em dezembro de 1991 e condenado a dez anos de cárcere por "rebelião". As acusações contra Yndamiro estavam relacionadas com suas atividades pacíficas como presidente do grupo político não-oficial *Movimiento de Armonía*.

A delegação foi integrada por representantes das organizações **France-Libertés**, **Federação Internacional de Direitos Humanos**, **Vigilância dos Direitos Humanos-Americas**, **Médicos sem Fronteiras** e **Anistia Internacional**. A visita só se tornou possível depois que o presidente cubano Fidel Castro, acatando um pedido de Danielle Mitterand, presidenta da France-Libertés e esposa do ex-presidente francês François Mitterand, autorizou a entrada no país de uma delegação para investigar os casos de 43 prisioneiros de consciência compilados pela AI. A organização acredita que o número de presos de consciência em Cuba seja superior a 600.



O ex-prisioneiro de consciência Yndamiro Restano Díaz na Seção Francesa da Anistia Internacional.

Yndamiro Restano Díaz, libertado no dia 1º de junho, viajou para a França dois dias depois, a convite de Danielle Mitterand. Reconhecendo que sua libertação só foi possível graças à intervenção direta da presidente do France-Libertés, o ex-prisioneiro de consciência disse à Seção Francesa que isso também não teria sido possível sem a contínua campanha que a Anistia e outras organizações de direitos humanos haviam desenvolvido desde o momento da sua detenção, e estimulou a AI a continuar com o seu trabalho.

As autoridades afirmaram a Yndamiro que, no futuro, seu grupo será respeitado. Ele foi libertado de forma incondicional e pretende voltar a Cuba.

Romênia

DIREITOS HUMANOS: COMPROMISSOS ESQUECIDOS

Cinco anos depois da deposição do presidente Nicolae Ceausescu, continuam ocorrendo graves violações dos direitos humanos no país, apesar das garantias dadas pelo governo romeno à comunidade internacional.

Duas pessoas estão detidas desde 1993 apenas por terem exercido pacificamente sua liberdade de expressão. Uma terceira pessoa encontra-se presa há 18 meses por ter escrito em seu automóvel uma frase que, segundo o promotor, ofendia as autoridades. Nesse mesmo período, pelo menos 11 pessoas foram presas devido à aplicação de uma lei que pune práticas homossexuais, ainda que entre adultos, consensualmente e em ambiente privado.

É comum a prática de maus-tratos a detentos por parte de funcionários encarregados de fazer cumprir a lei, assim como a falta de remédios legais para as vítimas. As investigações desses abusos raras vezes são completas ou imparciais.

Membros da comunidade minoritária cigana estariam sendo detidos unicamente por causa da sua origem étnica.



Maria Moldovan, uma mulher cigana vítima da perseguição racial.

No dia 27 de novembro de 1993, quatro policiais interceptaram o cigano Costel Moldovan quando este voltava para sua casa, em Hadareni, e o espancaram. Consta que a agressão decorreu do fato dele ter consertado casas ciganas danificadas durante recentes confrontos racistas.

Depois do incidente, Costel Moldovan compareceu à delegacia com sua mãe, Maria Moldovan, para apresentar uma queixa. Quando ele voltava para casa, em busca dos seus documentos de identidade, foi novamente espancado. Tanto ele como sua mãe foram multados em 10.000 *lei* (moeda romena) por perturbarem a ordem pública. Quando Maria Moldovan apresentou um recurso, o Tribunal converteu a multa numa pena de 33 dias de prisão. Ela foi detida em 15 de junho de 1994 e encarcerada por dois dias na Penitenciária de Tirgu Mures, antes de ser solta. Maria foi absolvida no dia 7 de outubro.

Os policiais que espancaram Costel Moldovan continuam trabalhando normalmente em Hadareni e nenhuma investigação foi aberta sobre o caso. A Anistia expressou ao ministro da Justiça sua preocupação de que Maria Moldovan tenha sido uma prisioneira de consciência, encarcerada somente por sua origem étnica.